

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.934 - SP (2018/0315197-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : KAZUKO - PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADOS : DANIELA FARIAS ÁBALOS E OUTRO(S) - SP211052
ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - SP237754
AGRAVADO : COMERCIAL ZHQ DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : FLÁVIA CHRISPIM FERREIRA - SP164165
RENATA CAVALCANTE DE MELLO SANTOS - SP319070

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
2. Agravo não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial pelos seguintes fundamentos: *i*) não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados; *ii*) necessidade de reexame de fatos e provas (Súmula 7/STJ).

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso

especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, § 4º e 1026, § 2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora

